



PROJETO DE LEI Nº 3.788, de 1997

“Altera os dispositivos da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõem que os créditos de custeio sejam os únicos passíveis de cobertura pelo PROAGRO”

AUTOR: Deputado WERNER WANDERER
RELATOR: Deputado CARLITO MERSS

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei, em epígrafe, de iniciativa do Deputado WERNER WANDERER, propõe estender a cobertura do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) aos créditos de investimento com o intuito de “facilitar o acesso da agricultura ao restrito mercado de crédito”.

A extensão pretendida se daria por meio de alterações nos arts. 59 e 65 da Lei nº 8.171, de 1991.

Esta proposição, desarquivada em 11/03/99 por deferimento do Presidente da Mesa, foi inicialmente apreciada pela Comissão de Agricultura e Política Rural, na qual, nos termos do Relator, Deputado PAULO JOSÉ GOUVÊA, recebeu aprovação unânime.

Nesta Comissão de Finanças e Tributação, nenhuma emenda foi apresentada no prazo estipulado pelo art. 119 de Regimento Interno.

II – VOTO

Cabe a esta Comissão, além do mérito, apreciar essa proposição, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD, arts. 32, IX, “h” e 53, II) e da Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI-CFT), de 29 de maio de 1996, quanto à compatibilidade ou adequação de seus dispositivos com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias, com o orçamento anual e demais disposições legais em vigor.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

Nesse sentido, verificamos que o PL nº 3.788-A/97, ao propor estender a cobertura do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) aos créditos de investimento pode resultar em aumento da despesa a título de “**indenizações e restituições**”, cuja dotação já está fixada na Lei Orçamentária em vigor.

Além disso, a proposição não está acompanhada da estimativa do impacto desse aumento de despesa conforme exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que em seus artigos 16 e 17 dispõem *in verbis*:

“Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;...

“Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar ao origem dos recursos para seu custeio.”

Esta situação, que já denunciávamos quando da realização de outros relatórios, tem se tornado renitente nesta Comissão que, por obedecer parâmetros legais rigorosos no exame da compatibilidade e adequação orçamentária das matérias, vê-se obrigada a emitir pareceres contrários à proposições de extenso mérito social e econômico, como a iniciativa em apreço. Ou seja, a própria capacidade de legislar fica comprometida ante o rigor do atual modelo orçamentário e seu aparato legal.

Assim pelo exposto, **voto pela inadequação e incompatibilidade orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 3.788, de 1997**, não cabendo, nos termos do art. 10 da Norma Interna desta Comissão, o exame de mérito.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado CARLITO MERSS
Relator